

## A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA INTERNACIONAL: UMA HISTÓRIA

*Elias Nazareno<sup>1</sup> e Ludimila Stival Cardoso<sup>2</sup>*

### RESUMO

O recente reordenamento do Sistema Internacional revela, por um lado, um quadro em que, ao contrário do que se pensava, os Estados nacionais continuam jogando um papel fundamental na promoção e garantia do desenvolvimento econômico e na solvência do sistema capitalista. Por outro lado, revela também que os chamados países emergentes têm sido a garantia do desenvolvimento econômico mundial nos últimos anos. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar como o Brasil está situado nesta nova configuração internacional, bem como seu posicionamento diante das iniciativas de integração regional, tais como a iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, como parte de um projeto de doutorado que estuda a relação entre política externa e identidade nacional no Brasil (1889-2010).

Palavras-chave: Integração Regional, Estados Nacionais. Desenvolvimento econômico. Globalização da economia.

## THE PARTICIPATION OF BRAZIL IN THE INTERNATIONAL SYSTEM: A HISTORY

### ABSTRACT

The recent reorganization of the International System reveals, in one hand, a framework in which, unlike that what it's thought, the National States still play a key role in the promoting and guarantee of the economic development and the solvency of the capitalist system. In other hand, it also reveals that the so-called emerging countries have been the guarantee of world economic development in recent years. Therefore, we intend to demonstrate how Brazil is positioned in this new international setting, as well as its positioning face of regional integration initiatives, such as the Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America – IIRSA, as part of a PhD project that studies the relationship between foreign policy and national identity in Brazil (1889-2010).

Key words: Regional integration. National States. Economic development. Globalization of the economy.

<sup>1</sup> Pós-doutor em Sociologia pela Universidad de Barcelona com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Doutor em Sociologia pela Universidade de Barcelona, ex-Pesquisador Associado Sênior do Irel/UnB, Pesquisador Associado do Centro Argentino de Estudios Internacionales - Caei. E-mail: eliasna@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Relações Internacionais, pela PUC-Goiás, e mestre em Comunicação, pela Universidade Federal de Goiás, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: luluscmo@hotmail.com.

### INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu ao longo de discussões no processo de doutoramento em história na Universidade Federal de Goiás, cujo tema era a atuação brasileira em sua política externa no período republicano e a relação com a sociedade nacional. Inicialmente o debate se estenderia até o final do Governo Lula (2003 – 2010), ou seja, caminharía de 1889, final do século XIX até a primeira década do XXI, mas percebendo a enorme extensão de tempo e de material a ser analisado, optou-se por interromper essa pesquisa na Era Vargas (1930 – 1945), por ser um período chave na história brasileira, sobretudo no que se refere à participação da sociedade na vida política brasileira, objeto de estudo por excelência desse doutorado.

Essa delimitação, contudo, ocorreu após o processo de qualificação, no segundo ano de pesquisa (2013), até este momento a pesquisa se atrevia a fazer análises e discussões sobre períodos mais recentes da história brasileira, sua população e a política externa desenvolvida pelo país.

Como resposta a esses debates e forma de encerrar momentaneamente análises mais recentes, optou-se pela elaboração desse artigo a quatro mãos, orientador e orientanda, que tem por objetivo propor uma visão sobre a forma de agir do país no cenário internacional e sua relação com o contingente populacional do Brasil, ou seja, busca entender como a política externa escolhida pelo governo se relaciona com os anseios e o desenvolvimento nacional.

### O BRASIL E O CENÁRIO INTERNACIONAL

Vivemos em um contexto internacional caracterizado por tempos de grandes incertezas

quanto aos cenários futuros. Como consequência do processo de globalização, constatamos as enormes mudanças em curso no capitalismo, tanto na divisão social do trabalho, no sistema produtivo e financeiro, nas relações de poder, quanto na esfera cultural. Essas alterações assumem compassos acelerados e adquirem nova densidade e significado no bojo da globalização.

Os anos 1980 representaram o período em que um novo debate centrado no tema da globalização e do processo de financeirização foi inaugurado nas relações internacionais. De fato, como observou Arrighi (1996),

A idéia de sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação derivou da observação de Braudel de que todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua “maturidade” ao chegarem ao estágio de expansão financeira (ARRIGHI, 1996, p. 88).

Em um tom quase profético, quando pensamos na atual crise do capitalismo mundial, no início dos anos 1990, Arrighi (1996), analisando momentos da história nos quais os agentes econômicos devem reconhecer e respeitar os limites do próprio desenvolvimento econômico, naquele caso as Cidades-Estado italianas, Gênova, Milão, Florença e Veneza, assevera:

Em outras palavras, depois que as expansões comerciais atingem seus limites, a riqueza e a segurança passam a depender de um reconhecimento generalizado, por parte dos agentes pertinentes, de que, nas circunstâncias históricas existentes, esses limites não podem ser transpostos; as tentativas de fazê-lo tenderão a destruir, em vez de preservar, a riqueza e a segurança (ARRIGHI, 1996, p. 96).

Apesar das inúmeras abordagens e definições sobre o fenômeno da globalização, ninguém duvida da sua influência econômica e política sobre as sociedades e os Estados. Nos anos 1990, um debate de proporções gigantescas foi instituído no seio do sistema internacional.

A globalização estimulou, no âmbito das teorias das relações internacionais, a exemplo do que ocorria em outras áreas do conhecimento humano, a elaboração de novos conceitos e análises alternativas à teoria realista, predominante nas relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, vale ressaltar que estes novos conceitos e análises ficaram, em grande parte, condicionados pela implacável preponderância das questões econômicas que condicionavam inclusive as decisões políticas e os comportamentos das sociedades aos fatores impostos pela ideologia do livre mercado.

Contudo, em que pese à excessiva presença de visões mais economicistas, dimensões como a social e a política não puderam ser negligenciadas. No caso específico da América do Sul, é verdade que a criação do Mercosul, em 1991, proporcionou um aumento considerável no intercâmbio comercial entre os países envolvidos, mas também é verdade que, com o advento do Mercosul, houve um intenso processo de interação e interlocução entre grupos sociais e políticos organizados, com interesses que não estavam e não estão necessariamente relacionados apenas a questões econômicas.

Por intermédio de análises preliminares e realização de levantamento do estado da arte, observou-se a necessidade de apreender análises relacionadas ao tema da recente reconfiguração internacional, como o Brasil nela se insere e como isto afeta suas relações com os

demais países da América do Sul, sobretudo em relação aos processos de integração. Assim, o estudo de tal inserção pode contribuir para uma melhor compreensão do papel que o Brasil tem assumido de fato na região nas últimas décadas e qual seria o verdadeiro alcance da proposta de integração na América do Sul, que tem estado na ordem do dia nos últimos anos, particularmente no governo Lula (2003 – 2010).

Desde a tentativa de implementação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) em 1960, passando pela consolidação da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em 1980, até a institucionalização do Mercosul, com o Tratado de Assunção em 1991, o tema da integração da América Latina, em geral, e da América do Sul, em particular, tem sido objeto de grande expectativa. Durante os primeiros anos da década de 1990, o processo de consolidação do Mercosul parecia demonstrar que o mesmo seria uma experiência bem-sucedida em meio a tantas tentativas frustradas anteriormente.

Neste ambiente de avanços pontuais e revezes prolongados, a implementação do Mercosul sempre foi objetivo dos países envolvidos. Principalmente Argentina e Brasil, sobretudo a partir da consolidação do Nafta e com a subsequente proposta de criação da Alca, que é considerada por muitos uma proposta de extensão do North American Free Trade Area - Nafta (MONIZ BANDEIRA, 2003). A Alca passou a representar um sério risco para a sobrevivência do Mercosul (GUIMARÃES, 2002). Nesse contexto, o ex-presidente Itamar Franco, temeroso de que a posição brasileira de global trader estivesse ameaçada, lançou, em 1993, a proposta de criação, em 10 anos, da Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa), que

seria um desdobramento da proposta lançada em 1992 da Iniciativa Amazônica (MONIZ BANDEIRA, 2003).

Assim, podemos perceber que, a princípio, a atitude brasileira de resgate da proposta de integração sul-americana nos anos 1990 atendia muito mais a imposição de fatores políticos da conjuntura internacional do que o desejo de integração efetiva da América do Sul. Este tipo de atitude explica, em parte, a resistência histórica que alguns países da região, como a Venezuela, demonstravam quando estavam diante de propostas de integração (CERVO, 2001).

A partir de 2003, contudo, observou-se uma mudança qualitativa na postura dos dois maiores países da América do Sul, Argentina e Brasil, em relação a suas políticas externas. Ambos expuseram aos seus povos outra proposta de inserção internacional. Em primeiro lugar, recuperaram a autonomia decisória em matéria de relações internacionais, sem o que nada de benéfico se alcança. Em segundo lugar, definiram novas linhas de força para a política exterior, próximas dos interesses de ambos os países (CERVO, 2003).

A mudança de atitude refletiu-se imediatamente na forma de conduzir o tema da integração na América do Sul, sobretudo o governo brasileiro. Nesse sentido, a integração passou a ser um aspecto central no que diz respeito à política externa brasileira; e mais, a integração deixa de ser uma figura de retórica e passa a ser parte constitutiva de uma estratégia de longo alcance, que tem como objetivo fundamental um novo e determinante papel do Brasil na Comunidade Internacional. Maior (2006) resume:

Em suma, o Brasil deixou de apresentar-se apenas como membro ativo do grupo dos países em desenvolvimento para assumir uma posição de potência

emergente, em busca da situação a que se considera com direito na comunidade internacional (MAIOR, 2006, p. 43).

Em que pese o maior esforço do governo do presidente Lula (2003-2010) ao conferir um papel fundamental à integração na América do Sul (CERVO, 2003), os movimentos empreendidos pela política externa brasileira acerca da integração remontam, como demonstram as várias tentativas de criar espaços de integração (EGLER, 2006; COUTO, 2007), a períodos bem anteriores em relação ao momento em voga. Assim, temos acordos sub-regionais, como o Tratado da Bacia do Prata, assinado em Brasília, em 1969, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, o qual teve como principal objetivo promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência.

Em 1978, foi assinado, também em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica, com a participação de Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, cuja meta era promover o desenvolvimento harmônico dos respectivos territórios amazônicos. Os dois tratados abrangem, na prática, toda a região sul-americana e tem no Brasil o ponto de convergência para sua consecução (MAIOR, 2006). Novos passos, evidentemente, foram dados tendo em vista a busca de afirmação ou de criação de um espaço sul-americano, a partir da experiência do Mercosul (COUTO, 2007).

Na Cúpula do Mercosul (Assunção, junho de 2003), assim como nas viagens do presidente Lula ao Peru e à Venezuela, com o objetivo de avançar rapidamente no acordo Mercosul-Comunidade Andina (CAN), as iniciativas

apontavam concretamente para um processo de consolidação da integração na região.

Como fato mais recente tendo em vista a integração observou-se a formação da União de Nações Sul-americanas (Unasur), conformada a partir da decisão dos presidentes da região em Cuzco (Peru), em dezembro de 2004, que tem na Declaração de Cuzco e de Ayacucho seus documentos de fundação. Seu objetivo fundamental é o de construir, de forma participativa e consensual, a integração na América do Sul por meio do diálogo político, das políticas sociais, da educação, da energia, da infraestrutura, do financiamento e do meio ambiente, entre outros (Unasur, 2008). Entretanto, a vontade política pode ser condição necessária, mas não suficiente para solucionar os graves desequilíbrios existentes na América do Sul.

Ao longo das duas últimas décadas, o tema da integração regional tem mobilizado os mais amplos setores da sociedade, desde as ações propriamente governamentais, até a intensa participação da sociedade civil nos debates pertinentes ao assunto, como tem ocorrido mais especificamente no caso da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) (NAZARENO, 2003).

Vale lembrar que os processos de integração, sobretudo o europeu, viveram momentos de estagnação nos anos 1970, resultante do quadro de crise que viveu a economia mundial, com a ruptura do padrão monetário consagrado no regime de Bretton Woods e a crise do petróleo em 1973 e em 1979.

Na América Latina, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), criada nos anos 1960, que viria a se transformar na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em 1980, o Mercado Comum Centro-

Americano e o Pacto Andino, foram todas iniciativas que viveram um idêntico processo de quase inoperância. Esse quadro foi agravado ainda mais em função das políticas econômicas recessivas e das medidas protecionistas adotadas pelos países industrializados, como resposta à crise do petróleo e à instabilidade financeira. Tais fatores, em conjunto, dificultavam as possibilidades de avanço nos processos de integração econômica (VAZ, 2002; NAZARENO, 2003).

Mas em meados da década de 1980 esse quadro se modifica radicalmente. Como foi dito, o fenômeno da globalização remete a economia mundial e os Estados nacionais a um plano de interdependência acentuado. Deste modo, o regionalismo econômico passa a se constituir em importante instrumento político/econômico de adequação dos Estados nacionais à nova ordem econômica em curso. De acordo com Fonseca Jr. apud Mariano (2003),

[...] se existe alguma unanimidade entre os analistas do sistema internacional, é a de que vivemos um momento de transição. O fim dramático e repentino da Guerra Fria obriga a repensar a ordem política, os mecanismos de segurança e de solução de controvérsias, o papel dos organismos multilaterais (FONSECA JÚNIOR apud MARIANO, 2003, p.14).

Até mesmo os Estados Unidos abandonaram sua posição tradicional de não participar em acordos preferenciais com alcance regional e passaram a privilegiar os instrumentos multilaterais que promoveriam a liberalização do comércio mundial. Tal postura pode ser comprovada ao observarmos que a partir de 1987 os Estados Unidos selam um acordo de livre comércio com o Canadá:

“Canadá-United State Free Trade Agreement” (Cufsta). Podemos confirmar essa tendência também nas iniciativas adotadas pelos governos dos Estados Unidos ao longo da década de 1990, como a chamada “Iniciativa para as Américas”, de junho de 1990, lançada pelo então presidente George Bush, e a formação do “North American Free Trade Agreement” (Nafta), em 1994, e a proposta de criação da Alca no mesmo ano.

Cabe ressaltar que todo este processo conta com a atuação preponderante dos respectivos Estados nacionais. Podemos perceber então que, ao alardeado enfraquecimento do papel do Estado, ocorre, entretanto, um crescente reordenamento da política externa por parte de um núcleo de países que sugere uma nova configuração, na qual o Estado é o agente fundamental na promoção de tal reordenamento. Nos anos 1990 e em parte dos anos 2000, um grande debate foi estabelecido em torno da questão da crescente debilidade dos Estados nacionais em relação com as empresas transnacionais. Reich (1992), citado por Arrighi (1996), ressalta a importância decrescente das sociedades nacionais que sofrem o impacto irremediável das forças centrífugas da economia globalizada.

Assim, existia uma tendência clara que constata uma crescente deterioração do poder dos Estados nacionais diante do processo de transnacionalização das empresas, dos tratados multilaterais e da formação dos blocos econômicos. Contudo, estas mesmas empresas que em dado momento pareciam suplantar os Estados nacionais, são as mesmas que buscam socorro desesperadamente do Estado, como ocorreu no início dos anos 2000 com as grandes empresas automobilísticas nos Estados Unidos e Europa.

Segundo Anderson (2007) e Maior (2006), China, Japão, União Européia, Rússia, Índia, Brasil e Estados Unidos contam com

mais da metade da população mundial e 80% do Produto Industrial Bruto (GDP) do planeta. Para Wallerstein (2008), com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos deixam de ser uma potência militar solitária, isto é, ocorre uma redistribuição multilateral de poder real no sistema interestatal. Ainda segundo esse autor, muitos países grandes são capazes de jogar seu próprio jogo de xadrez no tabuleiro das relações internacionais. As observações acerca da formação do Bric1 (Brasil, Rússia, Índia e China), parecem confirmar esses postulados (MAIOR, 2006).

Fiori (2008), entretanto, afirma que são precipitadas as afirmações sobre o colapso americano. Entende ele que o fim da hegemonia do dólar e do poder global dos EUA não passa de um mito, pois como explicar que no momento de crise aguda do capitalismo as principais nações candidatas à sucessão do hegemom se refugiam no dólar e nos títulos do tesouro americano?

Fiori afirma ainda que caso saibam administrar bem a atual crise (iniciada em outubro de 2008) é possível que os Estados Unidos saiam ainda mais fortalecidos dentro do sistema mundial no futuro. Fiori recorre aos exemplos encontrados ao longo da história do moderno sistema internacional, nos quais as potências hegemônicas provocam crises e desconhecem as normas e instituições criadas por estas mesmas potências, visando seu próprio fortalecimento. Clara alusão ao acordo de Bretton Woods celebrado em 1944 e que criou grande parte das instituições multilaterais até hoje existentes, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Sem embargo, vale lembrar que durante e após a crise de 1929 os Estados Unidos foram insistentemente convocados a assumir um papel de liderança no cenário internacional. Bretton Woods

foi, em regra geral, o resultado dessa convocação feita à principal potência capitalista da época.

Às perspectivas de que um cenário de multilateralismo se configure cada vez mais, juntam-se também as preocupações acerca do caráter democrático dos principais países que fazem parte do Bric. Durante muito tempo, preponderou a ideia de que o êxito do capitalismo estava associado diretamente a países nos quais o regime democrático jogou um papel decisivo (OLSON, 2000; NOVAC, 2000), com o respectivo respeito aos contratos, à propriedade privada e à livre iniciativa.

Entretanto, dos países que estão vivenciando níveis de crescimento econômico acentuado no Bric, somente o Brasil pode ser considerado

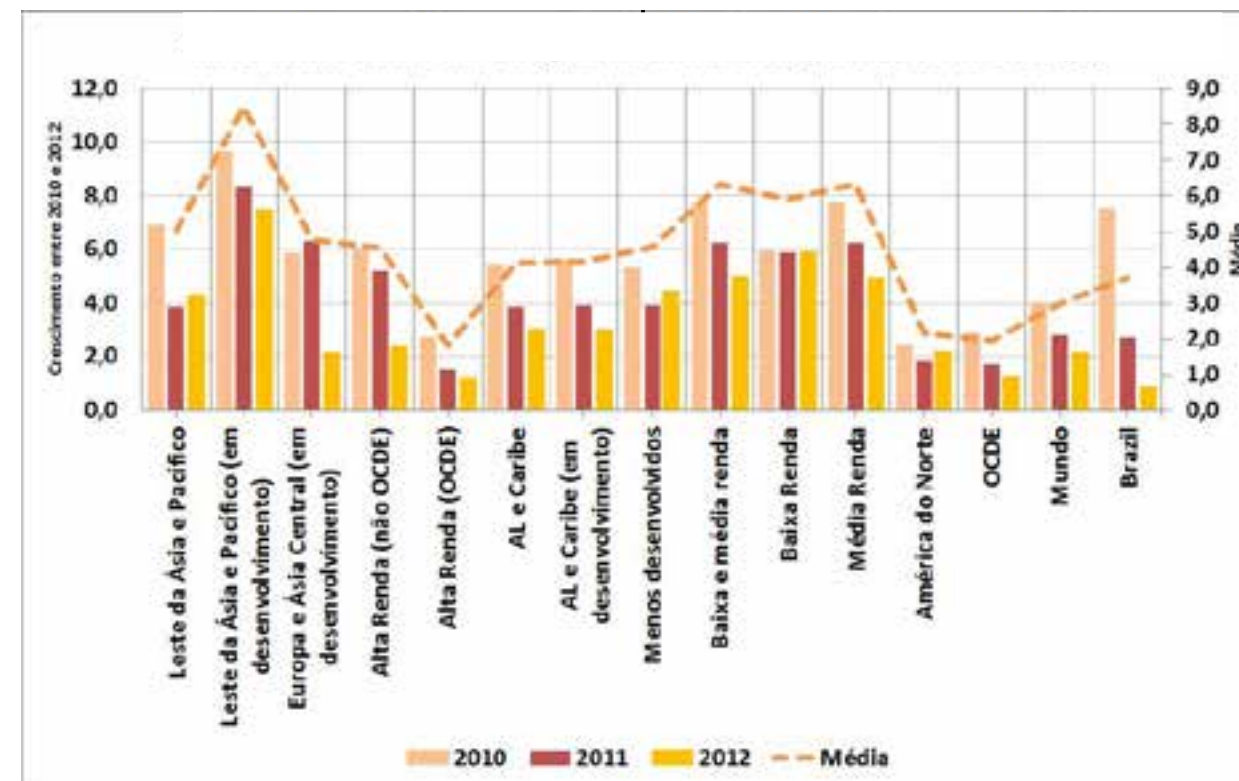
como um país onde a democracia, ainda que recente, está consolidada. Contudo, as taxas de crescimento anunciadas pelo FMI (Tabela 1 e Figura 1) para período 2006-2012, revelam claramente que somente esse bloco de países poderá assegurar algum tempo mais de crescimento econômico, já que Estados Unidos e União Europeia estiveram praticamente estagnados até 2009.

Considerando-se a realidade econômica a partir de 2010, percebe-se que há uma tendência para a estagnação, embora o Brasil seja um dos poucos países que em 2010 superou sua média de crescimento, atingindo quase 8 %. Situação que se reverte com baixo crescimento mundial em 2011 e 2012.

**Tabela 1 - Evolução do crescimento econômico de 2006 a 2009.**

	2006	2007	2008	2009
Mundial	5,1	5,0	2,8	- 0,6
EUA	2,8	2,0	0,0	- 2,6
União Europeia	3,3	3,1	0,8	- 4,1
Zona Euro	2,8	2,6	0,5	- 4,1
Alemanha	3,0	2,5	1,0	- 4,7
França	2,2	2,2	0,1	- 4,5
Itália	1,8	1,5	-1,3	-5,0
Espanha	3,9	3,7	0,9	-3,7
Reino Unido	2,8	3,0	-0,1	-4,9
Japão	2,4	2,1	-1,2	-4,2
Rússia	7,4	8,1	5,2	-7,9
China	11,6	11,9	9,6	9,1
Índia	9,8	9,3	6,4	5,7
Brasil	3,8	5,4	5,1	-0,2
México	4,9	3,2	1,5	-6,5

Fonte: FMI, outubro de 2010



Fonte: FMI (2015)

**Figura 1: Crescimento econômico por região no período 2010 – 2012 (%).**

A crise financeira mundial confirmou, ao mesmo tempo, ainda mais o papel preponderante do Estado como agente fundamental em uma nova ordem que está sendo configurada. A nacionalização parcial do sistema financeiro britânico, com a injeção governamental de 550 bilhões de euros nesse setor, ou a tentativa de resgate do crescimento econômico por parte do governo estadunidense, injetando 700 bilhões de dólares em sua economia, provam que ao Estado ainda pertencem as prerrogativas de atuar em situações tão graves como as do final de 2008.

Nesse cenário, o Brasil se posicionou estrategicamente em busca de composições políticas internacionais que lhe pudessem assegurar um espaço vital para o seu desenvolvimento.

O novo ordenamento mundial baseia-se em movimentos regionais, fato que iria determinar, em grande parte, as estratégias de inserção internacional dos países em desenvolvimento. Para tanto, foram retomadas as iniciativas de integração já existentes ou o surgimento de novas iniciativas, particularmente na América Latina, como o revigoramento do Mercado Comum Centro-Americano e a Comunidade Andina, além da criação do Mercosul no início dos anos 1990.

Essas iniciativas tinham como propósito estimular a atração de investimentos externos, considerados necessários à modernização econômica, além de aumentar os níveis de competitividade e articular as economias da região com a economia mundial, “o que esteve

na origem do conceito de ‘regionalismo aberto’ propugnado pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)” (VAZ, 2002, p. 26).

A despeito de tais iniciativas, o processo de globalização mostrou-se bastante seletivo e excludente. Os investimentos externos diretos (IED) seguiram se concentrando na chamada “tríade” (Nafta, União Europeia, Japão e países emergentes do Sudeste da Ásia). Assim, os resultados positivos criados pelo processo de globalização foram também restritos e espacialmente diferenciados, como afirma Fonseca Jr.

[...] se a tecnologia facilita movimentos de unificação do espaço internacional, é verdade também que, distribuída desigualmente, cria novos padrões de diferenciação para o crescimento econômico das sociedades nacionais. O Estado que concentrar vantagens tecnológicas corre mais do que os que não as têm, determinando o risco de aprofundamento de diferenças, já dramáticas, entre os *haves* e os *have not* (FONSECA JÚNIOR apud MARIANO, 2003, p.15).

Vale lembrar que dos países emergentes o Brasil foi o segundo, depois da China, em atratividade dos IEDs nos anos 1990 e 2000.

Neste sistema internacional globalizado, as teorias de relações internacionais têm buscado enfatizar a “importância da negociação multilateral para a criação de um marco jurídico no campo do comércio internacional...” sendo determinante a tendência,

[...] nos anos mais recentes, para a maior intervenção multilateral nos marcos regulatórios internos dos países, considerados no passado como assuntos privativos das políticas

nacionais. De fato, sob a perspectiva da negociação multilateral na área comercial, a ênfase tem-se deslocado das tarifas, das alfândegas e das fronteiras para as políticas estatais em áreas como investimentos estrangeiros, direitos, políticas de competência, compras estatais, propriedade intelectual, meio ambiente e direito trabalhista (PODESTÁ, 1998, p.4).

A constatação da interdependência inserida em um contexto transnacional leva a uma perspectiva de formação de regimes internacionais (KRASNER, 1982), que implicaria em alguma forma de regulação, minimamente aceita e obedecida pelos países, uma vez que tal regulação foi estabelecida por esses mesmos países. Cooperar é, de acordo com esta perspectiva, sempre a melhor opção, mesmo que os resultados de tal cooperação não sejam favoráveis para uma das partes que está cooperando. A título de exemplo, poderíamos citar o caso da aproximação entre Brasil e Argentina, e toda uma série de acordos que foram firmados a partir dos anos 1980 entre os dois países.

Obviamente, esta nova realidade implica certa restrição da autonomia, o que representa custos para os atores envolvidos em uma relação de interdependência. Do ponto de vista de Keohane; Nye (1989), as relações de interdependência sempre implicarão custos para os envolvidos, e tampouco se pode afirmar se dentro de tais relações os resultados serão ou não favoráveis a este ou aquele ator, pois nada pode garantir que as relações de interdependência gerarão benefícios mútuos e equitativos. Geram, por sua vez, instituições, que Keohane (1989, p.3) definem como sendo “um conjunto de regras permanentes e conectadas que definem os papéis comportamentais e limitam a ação e compartilham expectativas”.

Em alguns casos, a complexidade das relações internacionais evidencia a pouca eficácia da excessiva centralização de poder no Estado, o que abre espaço para um processo de descentralização que cria oportunidades para novos relacionamentos entre instâncias locais e regionais. É interessante ressaltar que a descentralização não se dá necessariamente em desfavor do poder do Estado nacional; pelo contrário, pode contribuir para o favorecimento de sua maior eficácia, à medida que são chamados à participação outros atores sociais, políticos, administrativos, econômicos, contribuindo para o fortalecimento da ação nacional (MARIANO, 2002).

No caso dos blocos regionais, esta participação descentralizada implica viabilizar acordos, associações, utilização de recursos, maximização de vantagens comparativas, envolvendo atores que, ao longo do processo histórico anterior, não tiveram interveniência, ou esta foi bastante restrita (VIGEVANI et al, 2004, p.11).

Nas relações internacionais, na ciência política e em outras ciências sociais, um dos temas centrais do debate é o da relação da democracia com o fenômeno da globalização. Os processos de integração regional são a outra face na realidade dessa globalização. Como lidar com ela e ao mesmo tempo manter em vigor os instrumentos pelos quais o Estado e a sociedade civil podem agir é um grande desafio.

Outra tendência forte nas duas últimas décadas do século XX foi a que estimulou medidas de ajuste estrutural, do tipo estabilidade fiscal e da moeda, e combate à inflação. No caso da América Latina, essas políticas, reconhecidas como importantes desde que acopladas a uma nova compreensão e viabilização do desenvolvimento sustentável, tornaram-se sinônimo de ausência de políticas concertadas

de desenvolvimento, desmantelando, em alguns casos, os instrumentos públicos que poderiam tornar o Estado eficiente.

No final dos anos 1990 e na primeira década do século XXI, de forma agravada depois do 11 de setembro de 2001, mas com fortes raízes anteriores, essas tendências realimentaram o papel hegemônico dos Estados Unidos no cenário internacional. A onda que levou ao surgimento de novos blocos regionais, o relançamento da União Europeia, o Mercosul, o Nafta, inúmeras áreas de livre-comércio na Ásia e também na África, tiveram como objetivo, às vezes paradoxal, a busca de novas identidades, organizando-se para competir com os blocos existentes ou para enfrentar as indefinições do sistema internacional.

Esse quadro nos permite chegar ao *hard core* motivador da investigação, objeto deste trabalho, pois as consequências advindas do modelo explicitado nos parágrafos anteriores acarretam transformações significativas não só para a população local, mas também regional, nacional e mesmo internacional.

Em 2000, em uma reunião realizada em Brasília, consolidou-se a proposta de criação da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), da qual fizeram parte doze países sul-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Seu propósito foi o de aprofundar as discussões e as ações que buscassem dar um novo impulso ao processo de integração física na região como estratégia de desenvolvimento sul-americano. Trata-se de um Fórum de diálogo e cooperação entre as autoridades dos países membros responsáveis por setores como o de transporte, energia e telecomunicações.

Tabela 2 - Agenda de implementação consensuada 2005-2010 do IIRSA

Proyectos	EJE	Mellones de US\$	Países
Duplicación de la Ruta 14	Mercosur-Chile	780,00	AR (BR)
Adecuación del Corredor Rio Branco-Montevideo-Colonia-Nueva Palmira	Mercosur-Chile	247,50	UY (AR-BR)
Construcción del Puente Internacional Jaguarão-Río Branco	Mercosur-Chile	35,00	BR-UY
Duplicación del Tramo Palhoça-Osorio (Rodovia Mercosur)	Mercosur-Chile	989,00	BR (AR-UY)
Proyecto Ferroviario Los Andes-Mendoza	Mercosur-Chile	3.000,00	AR-CH
Ruta Internacional 60 CH (sector Valparaíso-Los Andes)	Mercosul-Chile	280,00	CH (AR)
Gasoducto del Noreste Argentino	Mercosur-Chile	1.000,00	AR (BO)
Construcción del Puente Binacional Salvador Mazza-Yacuiba	Capricornio	10,00	AR-BO
Nuevo Puente Presidente Franco-Porto Meira y centro de frontera	Capricornio	60,00	PY-BR
Construcción de la Carretera Pailón-San José-Puerto Suárez	Interoceánico Central	417,00	BO (BR-CH-PE)
Anillo Ferroviario de São Paulo (Norte y Sur)	Interoceánico Central	400,00	BR
Paso de Frontera Infante Rivarola-Cañada Oruro	Interoceánico Central	1,70	BO-PY
Construcción de la Carretera Cañada Oruro-Villamontes-Tarija-Estación Abaroa (1° etapa)	Interoceánico Central	60,00	BO (PY)
Carretera Toledo-Pisiga	Interoceánico Central	93,00	BO (CH)
Rehabilitación de la Carretera Iquique-Colchane	Interoceánico Central	52,00	CH (BO)
Rehabilitación del Tramo El Sillar	Interoceánico Central	120,00	BO (CH-PE)
Centro de Frontera de Desaguadero	Andino	7,50	BO-PE
Paso de Frontera Cúcuta-San Antonio del Táchira	Andino	2,00	CO-VE
Recuperación de la Navegabilidad por el Río Meta	Andino	108,00	CO-VE
Carretera Pasto-Mocoa	Amazonas	332,00	CO
Carretera Paita-Tarapoto-Yurimaguas, Puertos y Centros Logísticos	Amazonas	338,00	PE (BR)
Carretera Lima-Tingo María-Pucallpa, Puertos y Centros logísticos	Amazonas	542,80	PE (BR)
Puerto Francisco de Orellana	Amazonas	314,20	EC
Pavimentación Iñapari-Puerto Maldonado-Inambari, Inambari-Juliaca/Inambari-Cusco	Peru-Brasil-Bolivia	1.053,00	PE (BR)
Puente sobre el Río Acre	Peru-Brasil-Bolivia	12,00	BR-PE
Carretera Boa Vista-Bonfim-Lethem-Georgetown (1° etapa: estudios)	Escudo Guayanés	3,30	GY-BR
Puente sobre el Río Takutu	Escudo Guayanés	10,00	GY-BR
Carretera Venezuela (Ciudad Guayana)-Guyana (Georgetown)-Suriname (Paramaribo) (1° etapa)	Escudo Guayanés	0,80	VE-GY-SU
Mejorías en la Vía Nieuw Nickerie-Paramaribo-Albina y Cruce Internacional sobre el Río Marowijne	Escudo Guayanés	105,00	SU-GY
Exportación por Envíos Postales para PYMES	TICs	2,50	Regional
Implementación de Acuerdo de Roaming en América del Sur	TICs	0,40	Regional
<b>TOTAL</b>		<b>10.376,70</b>	

Fonte: Iirsa, atualizada em agosto de 2009

A iniciativa conta com o apoio técnico e financeiro de três instituições financeiras multilaterais atuantes na região: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), além da participação do setor privado e da sociedade civil (SAUERBRONN, 2005, p. 01).

As iniciativas e projetos desenvolvidos pela IIRSA, ainda são pouco conhecidos pela opinião pública (NAZARENO; TAVARES

NETO, 2008), dentro de seus dez Eixos de Integração e Desenvolvimento: Eixo Andino, Eixo Andino do Sul, Eixo Capricórnio, Eixo Amazonas, Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, Eixo do Escudo Guianense, Eixo do Sul, Eixo Interoceânico Central, Eixo Mercosul-Chile, Eixo Peru-Brasil-Bolívia. A Iirsa contava no começo dos anos 2000 com cerca de 340 projetos de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações.



Fonte: site do IIRSA, acessado em outubro de 2010

Figura 2 - Mapa de localização das ações da agenda consensuada 2005-2010 do IIRSA

Na verdade, foi aprovada uma Agenda de Implementación Consensuada 2005 – 2010 (Tabela 2), que procurou observar, de forma pragmática, o verdadeiro alcance e limites impostos aos países membros no que diz respeito à capacidade de investimento. Assim, a Agenda foi constituída por um primeiro conjunto de 31 projetos de integração acordados pelos países a partir dos resultados logrados durante a fase de planejamento territorial.

No intuito de conferir a todo esse processo um patamar aceitável de operacionalização, foi adotada uma gestão intensiva e focalizada por intermédio de um Sistema de Informação para Gestão Estratégica (Sige) dos projetos da Agenda, que permite gerar um sistema de informações e monitoramento das instâncias governamentais correspondentes (AIC, 2005), os quais estão divididos em projetos em preparação, em licitação/concessão e em execução.

As ações elencadas acima interferem de alguma maneira no desenho geopolítico da região, demonstrando, ao mesmo tempo, o nível das iniciativas que foram adotadas e o grande envolvimento dos países em projetos de infraestrutura. Por meio do mapa (Figura 2) é possível perceber que praticamente todos os Estados sul-americanos encontravam-se engendrados nessa realidade.

Nesse sentido, já no Seminário Sub-regional organizado pelo Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA, em setembro de 2003, em Lima, Peru, foram definidos três objetivos que vão ao encontro das ações empreendidas, sobretudo no período de 2005-2010, já demonstrado anteriormente. Esses objetivos seriam, apoiar a integração de mercados para melhorar o comércio intrarregional, assim como, a consolidação de cadeias produtivas para

alcançar competitividade nos grandes mercados mundiais e; reduzir o “custo sul-americano” por meio da criação de uma plataforma logística vertebrada e inserta na economia global (ZIBECHI, 2006).

O projeto que envolve a IIRSA contava com zonas de grande potencial hidrelétrico e grandes reservas de petróleo em exploração, além do cultivo de soja, atividades madeireiras, pesca e piscicultura. O eixo estava interconectado com outros três, o eixo Andino, Inter-oceânico Central e Escudo Guianês, e iria baratear os custos de transporte dos países do Pacífico até a Europa e do Brasil até o Japão e a China (ZIBECHI, 2006). Além disso, já estava em marcha a construção de gasodutos de Coari a Manaus e de Urucu a Porto Velho, com um custo de aproximadamente 750 milhões de dólares, o que facilitaria a exportação de gás desde pontos chave dos eixos amazônico e Peru-Brasil-Bolívia.

Outro exemplo no que tange à integração, é a rodovia Cuiabá-Santa Cruz de la Sierra, que nos propiciaria chegarmos ao norte da Argentina, em Salta, nos ligando com La Paz, com o norte do Chile e com o sul do Peru, e aos portos e às praias do Pacífico. Tudo isso por intermédio de rodovias asfaltadas. Esta opção/ação política e de Estado guarda profunda relação com objetivos estratégicos traçados pelo Estado brasileiro, que buscava uma saída para o Oceano Pacífico, a qual resolveria vários problemas de logística, sobretudo a diminuição do tempo de viagem dos navios com produtos exportados da região em direção à Ásia. Muito importante se faz, então, a finalização desta rodovia, restando apenas 515 quilômetros dos 1.050 a serem asfaltados.

Transitavam já em 2010, anualmente, por essa rodovia, uma média de 1.800 caminhões,

movimentando algo em torno de cem milhões de dólares, apesar de toda insegurança existente pela falta de estrutura, aduanas e postos de fiscalização. O estado do Mato Grosso se prontificou em financiar o asfaltamento dos 515 quilômetros restantes entre as duas cidades.

Este fato é relevante se considerarmos que em 2010 o estado de Mato Grosso consumiu, diariamente, 1,105 milhão de metros cúbicos de gás, produto de maior exportação boliviana, transportado pelo gasoduto Brasil-Bolívia. Houve redução de 45% em relação a 2009, causada pela paralisação da termoelétrica Mario Covas há três anos, que deve ser retomada com o contrato a ser firmado entre a Petrobras e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), estatal boliviana, que esteve em discussão em até outubro de 2010.

Por esse contrato a Petrobras arrendou a unidade cuiabana e transferiu o gás fornecido pela Bolívia. De acordo com o secretário da Indústria, Comércio, Minas e Energia (Sicme), Pedro Nadas, a usina recebeu aproximadamente 2 milhões de metros cúbicos diários. Segundo o presidente da Companhia Mato-grossense de Gás (MT Gás), Helny de Paula, a indústria poderia solicitar até 20 mil m<sup>3</sup>/dia (620 mil m<sup>3</sup>/mês), haja vista o aumento de consumo da empresa Sadia, de 310 m<sup>3</sup> em março de 2010, para 8 mil m<sup>3</sup>/mês em agosto.

A usina térmica Mario Covas ainda gera, entretanto, controvérsias pois foi vendida pela EPE (Empresa Produtora de Energia) ao grupo J&F, que controla o frigorífico JBS, em fevereiro de 2015. A partir dessa transação o grupo J&F comprou a infraestrutura de abastecimento da termoelétrica, o que inclui 700 quilômetros

de dutos que ligam as reservas de gás da Bolívia à usina, além de já ser proprietária da GasOcidente Mato Grosso empresa responsável pela operação desse gasoduto em solo nacional.

Os casos expostos acima exemplificam os sete processos setoriais de integração definidos, quais sejam: mercados energéticos regionais, sistemas operativos de transporte aéreo, de transporte marítimo e de transporte multimodal, promoção de tecnologia de informação e telecomunicações, facilitação de passagem por fronteiras e modalidades de financiamento.

Segundo Onuki; Oliveira (2006), a propensão a processos integrativos que esses governos tendem a buscar é inversamente proporcional à sua margem de manobra para a adoção de políticas domésticas visando o desenvolvimento econômico. Trata-se, portanto, de um campo de estudo extremamente importante para a compreensão das verdadeiras possibilidades de integração da região nas próximas décadas.

Um estudo que cresce em relevância se considerarmos a crise mundial que abateu, em alguma medida, todas as economias do planeta e que diminuiu a possibilidade dos governos encontrarem formas de desenvolvimento econômico que fossem domésticas, levando-os, por consequência de nossa argumentação, a buscarem saídas regionais, o que no caso sul-americano representa maiores chances à integração e ao crescimento econômico conjunto.

Essas considerações são, em alguma medida, comprovadas pelos dados disponíveis no site da IIRSA acerca do número de projetos e da estimativa de montantes gastos desde 2004 a 2014.

Tabela 3 – Número de projetos de integração COSIPLAN/IIRSA2 (2004 – 2014) e projeção de investimentos.

Año	Número de Proyectos	Inversión Estimada (en millones de US\$)
2004	335	37.424,8
2007	349	60.522,6
2008	514	69.000,0
2009	510	74.542,3
2010	524	96.119,2
2011	531	116.120,6
2012	544	130.139,1
2013	583	157.730,5
2014	579	163.324,5

A Tabela 3 demonstra, assim como atesta nossa argumentação, um aumento considerável na inversão de capital para projetos de integração, embora com uma leve diminuição na quantidade total de projetos a serem executados. Assim, temos, a partir de 2009, quando a crise do capitalismo contemporâneo estourou, aumento de gastos de mais de 90 milhões de dólares. Parte-se de um investimento de aproximadamente 74 milhões de dólares e bate-se em um montante de 163 milhões. Nesse mesmo sentido estão os projetos, saindo de 510 a 579, registrando uma leve queda nesse número entre 2013-2014, com a diminuição de 4 projetos.

Esses dados trazem a evidência de que em momentos de crise econômica, em que os Estados não possuem elasticidade em manobras domésticas, tendem a encontrar saídas externas, a fazer acordos e projetos coletivos, regionais

como alternativas às turbulências econômicas, superando conflitos e querelas históricas.

#### REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Jottings on the conjuncture. *New Left Review*, 48, November-December, 2007.
- ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Ed. UNESP, 1996.
- ASSOCIAÇÃO DE DISTRIBUIDORES DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO. Consumo recua 45% em MT. Disponível em: <<http://www.gasbrasil.com.br/noticia/noticia.asp?NotCodNot=42037>>. Acesso em: 26 de outubro 2010.

CERVO, A. L. Que espera de Kischner o Brasil de Lula? Brasília: Realnet, 2003.

CERVO, A. Relações Internacionais da América Latina: Velhos e paradigmas. IBRI, UnB, 2001.

COUTO, L. F. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, vol. 50, n.11, Jan./June .2007.

EGLER, C. A. G. Mercosul: Um território em construção. *Ciência e Cultura*, São Paulo ,v. 58, n. 1, Jan/Mar. 2006.

FIORI, J. L. O mito do colapso americano. Agência Carta Maior. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 14 de outubro 2008.

GUIMARAES, S. P. A Alca e o fim do Mercosul. Brasília: Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2002.

INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA (Iirsa). Agenda de Implementación Consensuada (AIC) 2005 – 2010, Brasília, 2004.

KEOHANE, Robert O. Neoliberal institutionalism: a perspective on world politics. In: \_\_\_\_\_. *International institutions and state power*. San Francisco: Westview Press, 1989.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. *Power and interdependence*. Boston: Scott, Foresman and Company, 1989.

KRASNER, S. D. Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variable. *International Organization*. vol.37, nº 2. Standford: The MIT Press, 1982.

MAIOR, L. A. P. S.. O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em

transição, Brasília, *Rev. Bras. Polít. Int* ,vol.49, n.2,p. 42-59. 2006.

MARIANO, K. L. Gestão pública estratégica de governos subnacionais frente aos processos de inserção internacional e integração latino-americana. Primeiro Relatório Científico. Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap; Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Cedec e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. O estado de São Paulo como um ator internacional. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.16, n. 2, p. 94-101.2002.

MONIZ BANDEIRA, L.A. Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: O Continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992). Brasília: UnB, 2003.

NAZARENO, E.; TAVARES NETO, J. Q. Estudo preliminar sobre iniciativas relacionadas à integração física sul-americana. *Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário – RDIET*, Brasília, v. 3, n. 1, Jan/Jun. 2008.

NAZARENO, E. Integración económica europea, Mercosur y Alca: consecuencias para el mundo del trabajo. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Barcelona: Universidade de Barcelona, 2003.

NOVAC, M. *The spirit of democratic capitalism*. Madison Books, USA, 2000.

PODESTÀ, B. Globalização, integração e sociedade sob a perspectiva latino-americana. In: VIGEVANI, Tullo e LORENZETTI, Jorge (coords.). *Globalização e Integração Regional: atitudes sindicais e impactos sociais*. São Paulo: Cedec/Fapesp/Escola Sul-CUT/LTr, 1998.



- OLSON, M. Power and Prosperity: Outgrowing Communist and Capitalist Dictatorships. Oxford University Press, 2000.
- ONUJI, J.; OLIVEIRA, A. J. de. Eleições, Política Externa e Integração Regional. Revista de sociologia e política. nº. 27. São Paulo, 2006. p. 145-155
- SAUERBRONN, C. Uma alternativa para a Integração da América do Sul. Mundo R.I. Relações Internacionais. Publicado a 27 de agosto de 2005. Disponível em: <www.mundori.com, www.cni.org.br>. Acesso em: 27 de Agosto 2005.
- UNASUR. TRATADO CONSTITUTIVO DE LA UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. Brasília. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalle3.asp?ID\\_RELEASE=5466](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle3.asp?ID_RELEASE=5466) . Acesso em 15 de Outubro 2008.
- VAZ, A. C. Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul. Brasília: Ibri, 2002.
- VIGEVANI, Tullo et al. (org.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Educ, 2004.
- WALLERSTEIN, I. Ai dos que creem no império. Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2008-08,a2568> >. Acesso em: 26 de agosto ,2008.
- ZIBECHI, R. Iirsa: la integración a la medida de los mercados. Programa de las Américas: Informe Especial. Disponível em: < [www.ircamericas.org](http://www.ircamericas.org)>. Disponível em: 13 de junho 2006.

## O DEPOIMENTO DO ORKUT E A ESCRITA POSITIVA SOBRE O OUTRO<sup>1</sup>

*Leonardo Coelho Corrêa Rosado<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre o gênero discursivo digital depoimento do *Orkut* e tem como objetivo analisar como os usuários do Orkut procuram estabelecer mecanismos de autopromoção para, com isso, criar uma projeção identitária sócio-virtual. Para esse fim, procurou-se, primeiramente, entender o que é e como funciona o *Orkut*. Essa análise mostrou que o *Orkut*, sob a perspectiva social, é uma comunidade virtual, com membros, interesses e contratos sociais, enquanto que, sob a perspectiva da linguística do discurso, mais precisamente, sob a perspectiva da análise dos gêneros, ele é um hipergênero, ou seja, um gênero discursivo que carrega outros gêneros. Por meio de um corpus composto de quarenta depoimentos configurou-se tal gênero, concluindo que o depoimento do *orkut* se trata de uma forma de apreciação pessoal entre usuários, isto é, uma escrita sobre o outro. Em seguida, tomando o Quadro enunciativo proposto pela AD Semiolingüística (CHARAUDEAU, 1983), observou-se que, ao realizar uma apreciação pessoal de alguém, o sujeito escrevente o faz de maneira positiva.

**Palavras-chave:** Gênero do discurso. Gêneros digitais. Teoria Semiolingüística.

## O DEPOIMENTO DO ORKUT E A ESCRITA POSITIVA SOBRE O OUTRO

### ABSTRACT:

The present work is a study of the discursive digital genre *testimonial for Orkut*. It aims to analyze how Orkut users seek to establish self-promotion mechanisms to thereby create a social and virtual identity-projection. For achieving this goal, first, we tried to understand what it is and how Orkut functions. This analysis showed that, in a social perspective, Orkut is a virtual community with members, interests and social contracts, whereas, from the perspective of Discursive Linguistic,

<sup>1</sup> Este trabalho foi produzido no âmbito da disciplina "Gêneros do discurso" oferecida pela Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Carmen Aires Gomes no ano de 2006 para o curso de graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde obtivemos nosso título de licenciado em Letras, em 2010. Na época, o *Orkut* era a principal rede social no Brasil.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POS LIN) da Faculdade de Letras (FALE) da UFMG. Bolsista CAPES. [tintimcorre@hotmail.com](mailto:tintimcorre@hotmail.com)